

Índice

Outra educação (privada e barata) é possível.....	1
Os testes pré-natais falham.....	3
“Nadie nace en un cuerpo equivocado”.....	4
“Oslo”.....	5

Outra educação (privada e barata) é possível

James Tooley é algo assim como um “hereje” da educação. Desde que descobriu que em muitos países pobres são as escolas privadas que escolarizam a maioria dos estudantes, e com melhores resultados, dedicou-se a promover a necessidade de afastamento do quase monopólio estatal do ensino. Quando os cidadãos se organizam, são capazes de dar uma resposta equitativa e de qualidade às necessidades educativas da população. Assim o expôs no seu último livro, tão surpreendente como documentado.

Na prática totalidade dos países do chamado “primeiro mundo”, foi assumido como lógico que a maioria dos alunos sejam educados em escolas públicas, e que o Estado seja quem organiza – e controla – o currículo oficial, a acreditação dos professores, a distribuição de lugares escolares e, em geral, a logística e o conteúdo da educação nacional. Existem instituições “semi-públicas” (os *colegios concertados* em Espanha, as *charter schools* nos Estados Unidos, as *academies* em Inglaterra), mas sujeitas também a uma significativa regulamentação estatal. As escolas privadas que realmente gozam de maior autonomia, costumam ser reservadas para as classes abastadas.

Mas, e se fosse possível desenhar um sistema educativo onde os cidadãos recuperassem a iniciativa e o controlo, agora delegados no Estado, de modo que o normal fosse que os estudantes frequentassem escolas criadas por outros cidadãos, empreendedores educativos que tivessem de prestar contas

aos pais? Poderia fazer-se sem prejuízo da qualidade e da universalidade do ensino?

James Tooley, professor e presidente da Universidade de Buckingham, há anos que tenta convencer as pessoas de não só ser possível, como que isto já é uma realidade precisamente nalgumas das zonas mais pobres do mundo. E as coisas vão muito bem. Tanto que os países mais ricos, afirma, deveriam imitá-las.

O seu livro “[The Beautiful Tree](#)” (2009), onde pela primeira vez expôs esta realidade de forma sistemática, constituiu uma surpresa para muitos e gerou um intenso debate. Como é que nos subúrbios de Nigéria, Quénia, Índia ou China a maior parte dos rapazes e raparigas estudavam em escolas privadas, pagas pelos seus pais? E, sobretudo: quais os motivos porque as preferem às públicas, que são gratuitas e, teoricamente, oferecem maior segurança quanto à acreditação dos docentes, ou à preparação para os exames oficiais?

Doze anos depois daquele livro, Tooley publicou “[Really Good Schools](#)” (Independent Institute), que é uma continuação e ampliação do anterior. O que Tooley propõe neste livro é uma autêntica revolução educativa. Mas uma revolução que para os países do primeiro mundo consistiria, paradoxalmente, em voltar os olhos para o passado, ou para o presente de alguns países pobres. Em resumo, redescobrir um sistema educativo esquecido e, de acordo com o autor, mais razoável e natural.

A primeira parte do livro é descritiva. Tooley conta como em vários subúrbios de países pobres (Gana, Libéria, Índia, Sudão do Sul, Nigéria, algumas regiões da Ásia) existe uma autêntica rede global de pequenas escolas privadas que são as que

escolarizam a grande maioria dos estudantes (70 % ou mais), e que funcionam muito bem.

Os pais escolhem-nas em vez das públicas, porque consideram que nelas a formação dos estudantes, tanto no plano académico, como nos aspetos não cognitivos, é claramente superior. Pagar propinas permite-lhes exigir bons resultados, enquanto nas aulas das escolas estatais alastra a incúria: professores pouco preocupados com a qualidade da instrução, que muitas vezes nem sequer vão à escola, mas a quem é muito complicado despedir. O resultado é que os alunos se acumulam em turmas super lotadas, e a “atividade letiva” se reduz com frequência a uma educação de padrões mínimos.

Não se pode dizer que Tooley fale com o distanciamento do “especialista”. Além de ter sido professor durante anos em escolas do Zimbábue, o seu trabalho de investigação levou-o a passar temporadas em muitos destes subúrbios pobres, pelo que conhece a situação em primeira mão. Graças a isso, narra inúmeras histórias, como a de um pescador de uma pequena localidade próxima de Accra (Gana), que, apesar de viver muito próximo de uma escola estatal gratuita, preferia dedicar uma parte do seu exíguo salário a pagar as propinas de uma escola privada, porque sabia que lá, “se o professor não atuar como deve, será despedido”; ou a de uma mulher indiana que recusou a oferta de Tooley de lhe pagar a escola, porque então perderia o seu “poder” de exigir que a escola lhe preste contas.

Além da informação recolhida no terreno, o livro oferece igualmente dados de numerosos relatórios oficiais. Ambas as fontes confirmam a mesma realidade: nos lugares do mundo onde menos se poderia imaginar, existe uma grande oferta e procura de escolas privadas. Precisamente onde mais necessária poderia parecer a existência de um “Estado provedor” para a educação, os cidadãos organizaram-se de forma autónoma e com sucesso.

Com sucesso, porque esta rede de escolas cumpre, segundo Tooley, todos os requisitos que devem exigir-se a qualquer iniciativa de desenvolvimento social: é escalonável, acessível, de qualidade e equitativa. A escalonabilidade é um facto constatado pela quantidade de escolas que floresceram: cerca de 100 em [Kibera](#), um bairro marginal próximo de Nairobi (Quênia), 500 na província de Gansu, uma das mais pobres da China rural; cerca de 12 000 em Lagos (Nigéria); 430 em Monróvia (Libéria). No total, Tooley calcula – apoiado em dados oficiais – que mais de 90 milhões de rapazes e raparigas estudam em escolas privadas de baixo custo na Índia, e cerca de 75 milhões na África subsariana.

Quanto ao carácter acessível, o autor apresenta dados que desmontam o que têm dito alguns estudos em sentido contrário. Por exemplo, Tooley calcula que 80 % das escolas privadas dos bairros pobres de Libéria, Sudão do Sul ou Serra Leoa se situam na categoria de *lowest cost*: as propinas são acessíveis para famílias cujos rendimentos diários não superem os 1,25 dólares, sem terem de dedicar mais de 10 % dessas verbas ao pagamento da escola. Se se subir o limite de rendimentos até aos dois dólares diários, 95 % das escolas seriam acessíveis

para os pais, considerando a mesma percentagem de gastos com a educação.

Quanto à qualidade, Tooley apoia-se em relatórios oficiais que constata a superioridade destas escolas privadas relativamente às públicas da zona, embora também adiante evidências – inquéritos a famílias, entrevistas pessoais – de que os pais não preferem aquelas somente pelo lado académico.

Ainda que na primeira parte do livro já se encontrem frequentes juízos de valor, a segunda é claramente argumentativa. A tese é bem simples, mas nem por isso menos revolucionária: para garantir uma educação universal, acessível e de qualidade, não é necessário o controlo do Estado, e muito menos o quase monopólio que se converteu na realidade corrente no primeiro mundo. E mais, para Tooley, o ideal seria que o aparelho estatal simplesmente cumprisse uma função subsidiária, cobrindo os espaços que pudessem ficar depois dos cidadãos organizarem a sua própria educação, de acordo com uma “ordem espontânea”. Longe de ser uma quimera, isto é o normal em muitos países da Ásia e de África, e também o foi durante muito tempo noutros que hoje abandonaram a sua educação nos braços do “papá Estado”.

Também em relação a este último, o livro revela uma realidade surpreendente, que contradiz o discurso mais habitual. Com base na investigação de Edwin George West, Tooley refere como em meados do século XIX, antes da extensão generalizada das escolas públicas, vários relatórios em Inglaterra ou em Nova Iorque salientavam a existência de uma densa rede de escolas privadas que, tal como ocorre hoje em diversos países da Ásia e de África, escolarizavam uma maioria de rapazes e raparigas, porque as famílias optavam por elas em vez de o fazerem nas escolas públicas, apesar destas serem gratuitas. O baixo número de escolas públicas, devido à sua pouca procura, não era óbice para que a escolaridade fosse quase universal.

As teses educativas de Tooley, embora não afastem a equidade comunitária, são nitidamente liberais. Por vezes, isto leva-o a atribuir à escola pública algumas deficiências que, embora possam acontecer efetivamente, não resultam necessariamente da sua condição estatal. Outras críticas a esta rede, pelo contrário, são mais sensatas: a falta de incentivos profissionais, a pouca prestação de contas que “retira poder” às famílias, o excessivo controlo por parte do Estado dos currículos e os critérios de avaliação ou a falta de inovação que deriva do forte poder dos sindicatos.

O livro, portanto, resulta num apelo para que haja uma “libertação” dos tentáculos do Estado no terreno educativo. As últimas páginas são dedicadas a explicar como o que já acontece nalguns países pobres poderia ser implementado igualmente no primeiro mundo.

Evidentemente, estas escolas não seriam tão baratas como as da Serra Leoa, mas poder-se-ia conseguir que também sejam acessíveis para a grande maioria das famílias desde que se aplicassem várias medidas, como entre outras: contratar um

corpo docente “barato” (docentes já reformados, “devolvidos” do sistema público, recentemente licenciados); criar um currículo muito pautado e replicável, de forma que se poupe na formação dos professores; alugar o local em vez de comprá-lo; utilizar a tecnologia para personalizar a aprendizagem sem contratar tantos docentes.

Segundo Tooley, o grande obstáculo não são as dificuldades técnicas, mas a arraigada mentalidade estatista que se tornou hegemónica no Ocidente. Apesar de tudo, Tooley confia em que, tal como o seu primeiro livro avivou a criação de escolas privadas baratas em países pobres, este novo livro estimule empreendedores educativos do primeiro mundo.

F. R.-B.

Os testes pré-natais falham

Uma grávida norte-americana submete-se a um teste pré-natal não invasivo (TPNI) para detetar possíveis doenças do feto. Pouco depois, um telefonema do médico é um choque: o seu filho vai padecer de uma estranha síndrome com a qual só conseguirá viver alguns dias. Totalmente abalada, não prega olho nessa noite e considera ir abortar no dia seguinte. Durante a manhã, outro telefonema: com um teste de diagnóstico real nas mãos, o médico diz-lhe que o TPNI tinha lançado um falso positivo. O bebé está são.

Várias histórias terminaram assim, felizmente, embora com danos psicológicos desnecessários para as grávidas; outras terminaram em abortos. E, nos EUA, é preocupante saber que vários TPNI criados por empresas na vanguarda tecnológica e para os quais se utiliza somente uma pequena amostra de sangue da grávida, dão informações erradas de casos positivos numa média de 85 % das vezes que se realizam.

Os dados são avançados por uma investigação que foi efetuada pelo [“The New York Times”](#) (1.1.2022): para a síndrome de DiGeorge, onde a ausência de uma parte do cromossoma 22 provoca anomalias cardíacas e da boca, os positivos do teste Panorama (da empresa Natera) foram falsos 81 % das vezes. Noutros casos, as falhas foram até superiores: o MaterniT 21 Plus (da LabCorp), para detetar a síndrome de Wolf-Hirschhorn (que causa convulsões e deficiência intelectual) deram um resultado errado de 86 %, enquanto que o já referido Panorama, quando aplicado para descobrir a presença das síndromes de Prader-Willi e Angelman (convulsões e dificuldade em alimentar-se), não acertou 93 % das vezes.

Diga-se que, nos EUA, não são poucas as grávidas que se submetem voluntariamente a estes testes, na crença da sua

“quase infalibilidade”. A empresa Natera, por exemplo, informou que, em 2020, aplicou um dos seus testes 400 000 vezes, o que equivale a aplicar o teste a 10 % das norte-americanas grávidas. Como se vê, contudo, a imensa maioria das vezes foi para nada, traduzindo-se no facto dos fabricantes obterem mais rendimentos a partir dos receios criados, dos medos sem fundamento real.

Uma obstetra e geneticista californiana, a Dra. Mary Norton, contou ao [“The New York Times”](#) que andar à procura de síndromes raras, seria como fazer mamografias a uma menor de idade para detetar um cancro da mama. “A possibilidade será tão baixa, daí para quê fazê-lo? Acho que é puro *marketing*”. A sua colega, a Dra. Diana Bianchi, líder dos estudos sobre testes pré-natais nos National Institutes of Health, exemplificou-o com o caso da síndrome de Jacobsen, um mal que afeta o desenvolvimento das capacidades lingüísticas e motoras, e que teoricamente surge num de cada 100 000 nascimentos. A LabCorp tem o seu correspondente teste para o detetar, mas não parece que para uma grávida seja algo de urgente pedi-lo. “Estou há mais de 20 anos na minha profissão de geneticista e nunca vi um caso”, afirma Bianchi.

“Nunca um talvez”, “99 % preciso, simples e confiável”. Com estas credenciais publicitárias, vários dos testes pré-natais criados por empresas das atrás referidas vieram a público como o *non plus ultra* da exatidão do diagnóstico: se o TPNI comunica haver problemas, é que existem, pelo que se deve atuar. E algumas, com efeito, “atuam” sem sequer se submeterem a um teste bastante mais exato – esse sim, invasivo –, como a amniocentese.

O problema, no entanto, é que os TPNI não são diagnósticos. “Estes testes são oferecidos rotineiramente às grávidas que procuram a segurança dos seus fetos se poderem desenvolver normalmente”, explicou à [“Aceprensa”](#) o Dr. Michael Greene, especialista em medicina materno-fetal no Massachusetts General Hospital. “Enquanto continuarem a perguntar aos seus médicos: ‘Dr, pode dizer-me se o meu bebé vai ser normal?’, continuará a haver um mercado para que estas empresas façam estes testes. Não se tem, portanto, de ‘convencer’ os médicos a ‘utilizarem-nos com mais precisão’: aquilo de que necessitam é de se instruir melhor para ajudar os seus pacientes a entender as limitações dos testes, e a diferença entre os de despistagem, que são estes, e os de diagnóstico”.

Custa perceber como, visto que no terreno não tem sido costume haver a informação dos limites entre o vagamente provável e o real, a FDA, a agência que regulamenta os medicamentos nos EUA, não tomou quaisquer medidas sobre o assunto. “Trata-se de ‘testes desenvolvidos por um laboratório’ (TDL), que não são vendidos a outros laboratórios para serem realizados neles. De acordo com a lei norte-americana, a FDA ainda não tem autoridade para os regulamentar, apesar dos pedidos para criar uma nova norma que lhe permita fazê-lo. Só pode regulamentar os testes que se vendem para serem realizados noutros laboratórios”.

Vamos então ver um pouco mais. Falando no assunto com o Dr. Alberto Gutiérrez, ex-diretor do Departamento de Diagnóstico *In Vitro* e Radiologia da FDA, ele assegurou que os materiais de *marketing* distribuídos pelas empresas sobre os seus testes pré-natais são, no mínimo, “problemáticos”.

“Quando a FDA começou a exercer a sua autoridade sobre os testes, deixou a porta aberta ao desenvolvimento da TDL que não tiveram de passar pela FDA. Mas isto converteu-se numa lacuna jurídica que a indústria utiliza para lançar novos testes, visto a publicidade através da Internet ser fácil e o envio de amostras no interior dos Estados é atualmente possível. A maioria destes testes foram apresentados por laboratórios criados com o único objetivo de fazer esses testes. Muitos deles foram comprados pela indústria ou por outros laboratórios maiores, e continuam a operar os testes como a TDL. A FDA está há mais de 20 anos a tentar fechar este vazio legal, e não o conseguiu. Na UE, pelo contrário, foi fechado com o novo [Regulamento dos Dispositivos de Diagnóstico In Vitro](#) (IVDR*)”.

Existe, por outro lado, a percepção de que os testes pré-natais servem colateralmente para aumentar o receio e a insegurança das grávidas, o que faz aumentar, consequentemente, as possibilidades de irem fazer o aborto. A utilidade de tal quantidade de testes, tendo em conta o elevado número de falsos positivos, está em causa.

“Muitos pensam que o rastreio destas doenças raras em grávidas jovens não faz sentido”, acrescenta Gutiérrez. “Infelizmente, a ausência de regulamentação, o fácil acesso, a falta de um consenso claro por parte das sociedades profissionais, a política do aborto nos Estados Unidos e a curiosidade das pessoas, impulsionaram até agora os testes. (...). A facilidade de utilização possibilitou que todas as grávidas se submetam a eles, o que leva a aumentar os resultados falsos positivos. Mas não é evidente sequer que para doenças mais comuns (na trissomia 21, 18 e 13) façam sentido no caso das mulheres mais jovens, sobretudo se os testes de confirmação não se podem realizar, ou não se realizam com a suficiente rapidez antes de tomar decisões críticas”.

Por último, Alberto Gutiérrez concorda com Michael Greene sobre a necessidade dos profissionais de se informarem: “Há dúvidas de que os médicos que prescrevem estes testes entendam realmente as taxas de falhas que têm. A verdade é que muitos deles e dessas empresas não estão a ser muito comunicativos com os dados, nem os estão a explicar de uma maneira que os profissionais, as mulheres grávidas e as suas famílias os entendam”.

L. L.

“Nadie nace en un cuerpo equivocado”

Autores: José Errasti, Marino Pérez Álvarez
Deusto. Barcelona (2022)
296 págs.

O título deste ensaio não engana ninguém: José Errasti e Marino Pérez Álvarez, professores de Psicologia na Universidad de Oviedo, escreveram um livro com o objetivo claro de deitar por terra uma teoria que é exibida com louros por muitos *campus* universitários. Estamos a falar da *ideologia de género queer*, uma ideologia que os autores consideram irracional e, em muitos casos, perigosa.

O que mais surpreende no livro é a total coragem e ausência de preconceitos com que se abordam alguns temas que uma grande parte da opinião pública considera incontestáveis e inquestionáveis. Errasti e Pérez Álvarez, no entanto, questionam-nos e respondem a partir da sua ótica, a de dois académicos especialistas em psicologia, com amplos conhecimentos biológicos e com uma notável bagagem filosófica. De facto, poderia dizer-se que a sua crítica à *ideologia de género queer* nunca se baseia em pressupostos religiosos – o seu desapego em relação às crenças é patente nalgumas passagens – nem morais. A sua dissecação parte de uma análise da realidade e das consequências práticas desta teoria porque, como salientam os autores na introdução, por maior apoio mediático e político que tenha, não existe qualquer descoberta médica nem psicológica que avalize a ideia de que nascemos em corpos errados ou que a identidade sexual seja algo que se sente. Por outras palavras, estamos perante uma doutrina sem fundamentos nem bases. Pura construção mental e engenharia de ideias.

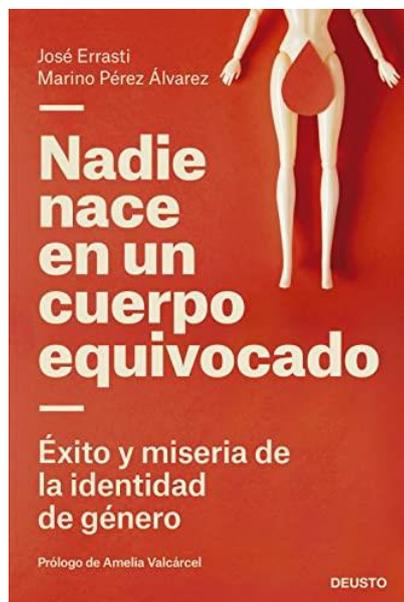
No primeiro capítulo – “De onde vêm os bebés” – explicam a relação intrínseca entre a sexualidade e a reprodução. Para Errasti e Pérez Álvarez, esta realidade baseia-se no caráter binário da sexualidade. Daí, haver dois sexos e não cinco. Depois, estudam o húmus cultural onde a *ideologia de género queer* lançou raízes. O pós-modernismo, com uma radical exacerbação da emoção e do individualismo, e a ascensão da cultura *woke*, com a excessiva sensibilidade pela diversidade, a espiral do silêncio, o gosto pela manipulação da linguagem e os seus mecanismos de apagamento, não são alheios à ascensão da *ideologia de género queer* como pensamento *mainstream*.

Os dois autores analisam profundamente – é a parte do livro mais densa – o pensamento das duas referências intelectuais neste âmbito: Judith Butler e Paul Preciado, para se centrarem depois no escaldante assunto das crianças transexuais e das terapias afirmativas.

Estamos perante um livro muito completo que estuda a ideologia *queer* em vários ângulos, escrito quase sempre com agilidade e um estilo direto e jornalístico e que, além disso, apresenta argumentos e alternativas a uma teoria em relação à qual

pode parecer não haver resposta convincente. Um livro audacioso e muito útil em tempos de tanto pensamento irracional.

A. S. N.



“Oslo”

“Oslo”

Realizador: Bartlett Sher
Atores: Ruth Wilson, Andrew Scott
Duração: 110 min.
Ano: 2021

O processo de paz entre Israel e o Estado Palestino é um longo percurso e este filme narra como se iniciam as negociações, ultrapassando ódios e vinganças acumuladas de geração em geração numa crueldade sanguinária...

Uma mulher norueguesa assiste a um desses confrontos. De repente, um jovem soldado israelita de arma na mão hesita e não quer matar o rapaz palestino que tem diante de si. Ambos são novos... olham-se, mas um disparo acaba com a vida de um deles. Essa mulher ao regressar à Noruega quer fazer qualquer coisa. Com a ajuda do marido resolve tentar que as duas partes iniciem negociações a sério. Propõe que se encontrem “ao vivo”, frente a frente, num lugar neutro. Explicam que

é útil que falem diretamente, que se conheçam. Depois de muitas hesitações, aceitam...

Há choques e preconceitos logo a abrir o encontro, mas o casal consegue criar um clima descontraído. Assim, os rivais vão trocando ideias, pontos de vista e chegam a acordo em alguns pontos. Quando há impasses, o casal intervém com sugestões concretas, realistas, possíveis e lá vão avançando... As peripécias são muitas, com os pormenores a levarem às grandes decisões... Na reta final, conseguem que os dirigentes máximos se envolvam a fundo e então, em 1993, a paz é assinada!

Nem tudo fica resolvido, como aparece bem representado num outro filme em tom de comédia “Tel Aviv em chamas” (2018), o qual reflete como os variados interesses em jogo e as motivações pessoais podem interferir num acordo global para a região. No entanto, também fica claro que dialogando e conhecendo-se, é possível entender-se...

Tópicos de análise:

1. A motivação pessoal é mais forte quando parte do interior do sujeito.
2. Propor um gesto concreto, simples e realista, anima o outro a aceitar.
3. O contacto pessoal é que cria a confiança que leva às grandes decisões.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

